

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

*Dossiê: A história dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres no Brasil:
percursos de resistências*

Volume 22 | Número 1 | Ano/período: Janeiro/Abril 2023

Edição eletrônica

DOI: DOI 10.5335/srph.v22i1.14274

ISSN: 2763-8804

A História, a cultura afro-brasileira e africana representada em um livro didático utilizado em uma escola de Jaguarão/RS¹

Juliana Porto Machado²  

Eduarda Porto Machado³

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

MACHADO, Juliana Porto; MACHADO, Eduarda Porto. A História, a cultura afro-brasileira e africana representada em um livro didático utilizado em uma escola de Jaguarão. **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 23, n. 1, p.128-143, jan/abr 2023.

Recebido em: 12/12/2022 | Aprovado em: 28/02/2023 | Publicado em: 20/03/23

¹ Texto publicado no VI EHM e V CLAEHM

² Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPEL, contato: julianamachado209@gmail.com

³ Graduanda em Pedagogia (Unipampa-Jaguarão), Bolsista PIBID Alfabetização; contato: eduardaportom2002@gmail.com

A História, a cultura afro-brasileira e africana representada em um livro didático utilizado em uma escola de Jaguarão/RS

Resumo: O livro didático apesar de ter uma estruturação de mercado, o mesmo é também uma fonte de pesquisa e apoio ao professor e estudante, assim, o presente artigo tem como objetivo principal refletir acerca da representação da História e da cultura afro-brasileira e africana no livro didático de História “Conexões com a História” de autoria de Alexandre Alves e Letícia de Oliveira utilizada na disciplina de História do segundo ano do ensino médio de uma escola de Jaguarão no Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Relações de gênero. Imprensa. Sexualidade feminina.

History, Afro-Brazilian and African culture represented in a textbook used in a school in Jaguarão/RS.

Abstract

Abstract: The textbook, despite having a market structure, is also a source of research and support for the teacher and the student, therefore, the main objective of this article is to reflect on the representation of History and culture. Afro-Brazilian and African in the History textbook. “Conexões com a História” by Alexandre Alves and Letícia de Oliveira used in the History subject in the second year of high school in a school in Jaguarão, Rio Grande do Sul.

Keywords: Afro-Brazilian and African culture. History. Didactic book.

Historia, cultura afrobrasileña y africana representada en un libro de texto utilizado en una escuela de Jaguarão/RS

Resumen

Resumen: El libro de texto, a pesar de tener una estructura de mercado, también es una fuente de investigación y apoyo para el profesor y el alumno, por lo tanto, el presente artículo tiene como principal objetivo reflexionar sobre la representación de la Historia y la cultura afrobrasileña y africana en el libro de texto de Historia. “Conexões com a História” de Alexandre Alves y Letícia de Oliveira utilizado en la asignatura de Historia en el segundo año de la enseñanza media en una escuela de Jaguarão, Rio Grande do Sul.

Palabras clave: Cultura afrobrasileña y africana. Historia. Libro didáctico.

A História é elemento primordial para a compreensão da diversidade social, pois, permite conhecer as bases de formação de uma sociedade ao longo do tempo. Estimulando o olhar crítico reflexivo do Eu perante o Outro, e consequentemente perceber os moldes do pensamento e da ação social coletiva diante do diferente e/ou do desconhecido. Como afirmam Weiss e Silva (2005) por meio da constituição de uma consciência histórica tornasse possível voltarmos nosso olhar para o passado e distinguir as singularidades do contexto temporal presente, podendo assim, olhar para si e identificar seu lugar no tempo, usando como base referências do passado, que auxiliaram no desenvolvimento de um sistema de simbólico para interpretar o tempo passado no presente, contribuindo na produção de bagagem cultural.

De certa forma, o ato de reconhecer um lugar e as memórias do passado afetam continuamente a formação da identidade do sujeito social no presente, sem o acesso as raízes de memórias do passado, um sujeito perderá parte de sua identidade, como no caso dos povos negros de origem africanas, pertencentes a diversos grupos étnicos, que foram capturados e escravizados no Brasil; que tiveram que se adaptar, por meio de violência física e psicológica, a uma nova realidade social que se distanciava das memórias vivenciadas. Sendo forçados, a tornarem-se socialmente “outros” sujeitos, aquele sem lugar de fala.

Fica evidente, que a História de formação da sociedade brasileira está cunhada em bases de dor e violência, e também de apagamentos de memórias. Ao longo dos tempos se produziram e reproduziram muitos materiais científicos que simplesmente ancoraram a memória do esquecimento e assim propagaram a memória do preconceito, que é ainda atuante na sociedade contemporânea. Sendo que, torna-se função da disciplina de História e de outras disciplinas desconstruir esses pensamentos pautados em uma visão eletiva e branca de que a escravidão foi apenas uma ação do passado que não afeta mais o presente, de que não é necessário o reconhecimento das atrocidades cometidas no passado, e que a sociedade contemporânea é eximia de qualquer culpa.

Esse tipo de pensamento só nós mantêm em um espaço permeado de injustiças sociais e culturais contra todos aqueles que consideramos diferentes ao nosso olhar, principalmente as comunidades negras, indígenas, LGBTTQI e imigrantes.

Sendo que como destaca Munanga (2005):

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos

que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (p. 16).

Todavia, como menciona o autor precitado, o rememorar a memória histórica da comunidade negra é também importante para entender a formação das identidades dos sujeitos brancos, que foram “ensinados” em uma transmissão de saberes deturbados por uma única visão homogênea, em que inferioriza o sujeito de ascendência étnica de matriz africana. Assim, o ensino de História e de outras disciplinas em sala de aula deve ser pautado na multiculturalidade, ou seja, na desconstrução de uma única verdade histórica, de identidades homogêneas, da memória dos vencedores e grandes heróis¹. Para que assim, surja um espaço para que múltiplas vozes sejam ouvidas e vivenciadas.

Contudo, os livros didáticos são ainda o principal material de apoio dos professores em sala de aula, porém, os mesmos são produtos de mercado editorial e muitas vezes apresentam simplificações e anacronismos (GONÇALVES E SILVA, 2008), produzidos a partir de uma visão eurocêntrica.

O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele obedece a inferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização (BITTENCOURT: 2004, p.71).

Logo, o livro apesar de ter uma estruturação de mercado, o mesmo é também uma fonte de pesquisa e apoio ao professor e estudante, assim, o presente artigo tem como objetivo principal refletir acerca da representação da História e da cultura afro-brasileira e africana no livro didático de História “Conexões com a História” de autoria de Alexandre Alves² e Letícia de Oliveira³ utilizada na disciplina de História do segundo ano do ensino médio de uma escola de Jaguarão no Rio Grande do Sul⁴.

As representações de memórias

No ano de 2003, por meio de reivindicações dos movimentos negros que lutavam pelo reconhecimento de sua História além da escravidão e da abolição, foi estabelecido o

¹ Na grande maioria dos casos são homens e brancos.

² Mestre e doutor em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

³ Mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

⁴ Optou-se por não expor o nome da Escola.

ensino obrigatório da História e cultura Afro-brasileiras e africanas, por meio da Lei Federal nº 10.639/2003. Logo, após a implementação da lei, estipulou-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o primeiro passo para tornar a escola um espaço de inclusão. Visto que, “estudar as Africanidades Brasileiras significa tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e de lutar pela dignidade própria, bem como pela de todos descendentes de africanos, mais ainda de todos que a sociedade marginaliza” (SILVA, 2008; p.56).

Já em relação ao livro didático, objeto de análise deste artigo, de acordo com Silva (1995) o mesmo omitia quase em sua totalidade as memórias dos grupos classificados como subalternos na construção de uma sociedade, sendo eles o negro, a mulher o índio e outros. O conteúdo sobre a cultura negra era reduzido ao processo de escravidão em que esses sujeitos eram apresentados como seres servis que aceitavam a situação de julgo e eram condicentes com o novo papel imposto pela sociedade, ou seja, era apresentados de forma estereotipada, o que ocasiona a fragmentação contínua das memórias e das identidades.

O Brasil permanece envolto em um imaginário étnico-racial dominado pela produção científica e literária de autores brancos que referenciam e propagam a cultura de raízes europeias, ou seja, “a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população. Ou seja, reconhecendo a equação: quem possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado é universal de ciência é branco” (RIBEIRO, 2017; p. 24).

Nesse sentido, reforça o apagamento da cultura afro-brasileira. Por isso, é importante a discussões de pautas contra todas as formas de desigualdades sejam elas sociais, étnicas e de gênero; “[...] não basta a lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas” (MUNANGA, 2005;p.18).

A política identitária é um elemento que deve ser amplamente discutido e analisado em sala de aula, pois, como aponta a Ribeiro (2017) a desigualdade é produzida a partir da valoração e dos sentidos interpretativos que se classificam uma identidade sobre a outra (inferior/superior), principalmente em sociedades coloniais.

Perceber os medos e dores vivenciados no passado e que ainda são atuantes no presente, possibilitará trilhar novos caminhos na sociedade; já que, essa está fundada no conceito vencedores/perdedores/superior/inferior, em que para ter o poder é preciso marginalizar o Outro. Em relação a conteúdo do livro didático Munanga (2008) afirma que ao desmistificar e desconstruir os estereótipos difundidos socialmente, permite o

desenvolvimento positivo dos conhecimentos dos povos afros, construindo uma imagem real da cultura africana.

Em análise da apresentação do conteúdo de história dos afro-brasileiros e africanos, o livro *Conexões com a História* correspondente ao segundo ano do Ensino Médio, utilizado em uma Escola da cidade de Jaguarão, apresenta em seu sumário a divisão da História em três unidades “A construção do mundo moderno”, “Uma era de Revoluções e transformações” e “Sociedade e cultura no século XIX”.

O capítulo três que corresponde ao conteúdo da história e cultura dos Afro-brasileiros e africanos com a intitulação “Da África para o Brasil”, é composto por três subcapítulos. Inicia trabalhando com a ideia central de um Brasil africano, expondo como objetivos do capítulo estudar a ocupação da costa africana pelos portugueses, diferenciar a escravidão praticada na África da escravidão transatlântica, relacionar o tráfico negreiro à expansão da economia mercantil da era moderna e compreender o impacto da escravidão na formação histórica do Brasil.

Retomemos ao que foi discutido anteriormente, em que o negro sempre acaba por ser representado em sua história, ligado a escravidão, sempre apresentado em uma postura de servil e de vítima, o que não é diferente da proposta do livro analisado, o mesmo estipula que a escravidão existiu na América entre os séculos XVI e XIX, e que o mesmo se manteve devido ao alto lucro que a venda de humanos proporcionava a sociedade colonizada. Cita então, o tráfico transatlântico da África como impulsionador do desenvolvimento mercadológico da escravidão. Estatisticamente afirma que mais de treze milhões de sujeitos africanos foram capturados, comercializados e distribuídos entre Portugal, as ilhas do atlântico e a América.

Acrescenta que, por mais que a escravidão tenha ocorrido em outros tempos e lugares, a da América foi diferente pois, a mesma estava pautada em uma justificativa racial que gerou preconceitos, e que segundo os autores “que ainda hoje, apesar de combatidos, são recorrentes” (p.48). Nessa afirmação, é necessário destacar que o preconceito racial não foi combatido, ao contrário na atualidade estamos presenciando a cada dia atos violentos contra pessoas afrodescendentes. É importante, mencionar a existência do preconceito, é preciso que se reconheça esse ato como algo atual também, conhecer as raízes do surgimento faz com que os alunos exerçam seu olhar reflexivo e crítico do passado e percebam que as ações dos antepassados influenciam no presente.

Como afirma Silva (2005) o racismo é uma ação de alienação, essa como um fenômeno histórico-social que atua ativamente na sociedade coletiva e individual que impede o desenvolvimento dos indivíduos na mesma base de “crescimentos das forças produtivas” (p.95), assim, produzindo um conjunto de ideologias e discriminações

pautadas do poder hierárquico, ilegítimo, de um sujeito sobre o outro frente a busca pelo poder e consequentemente dominação.

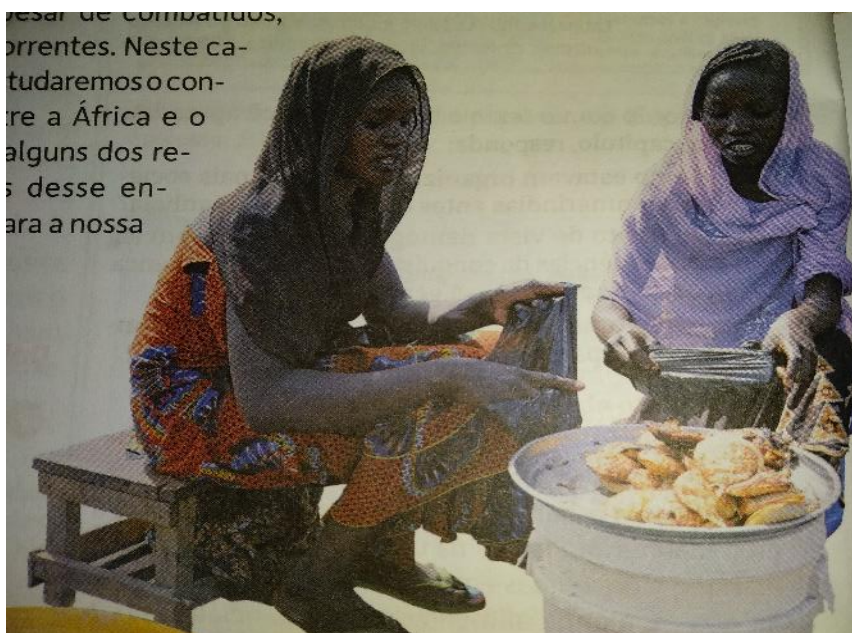
Sendo que, para demonstrar a ligação cultural entre Brasil e África os autores utilizam duas imagens como similares; a primeira representa uma vendedora de Acarajé de Salvador, vestindo os trajes populares que correspondem a figura de uma baiana (Figura 01). Já a segunda imagem é de duas mulheres africanas vendendo Acará em Braga na África (Figura 02).

Figura 01-Vendedora brasileira



Fonte: Alves e Oliveira (2016)

Figura 02-Vendedoras africanas



Fonte: Alves e Oliveira (2016)

Os autores colocam a seguinte explicação: “O acará e o acarajé são pratos semelhantes vendidos no litoral do Brasil e do Ocidente africano. O acará é uma das tradições africanas adaptadas pelos negros no Brasil” (p.48). Discorrer sobre elementos compartilhados da cultura, como uma tradição, é algo importante para ser trabalhado em sala de aula, de compreender que a tradição não é algo imutável, ao contrário, está sempre em um processo contínuo de adaptação, entre rupturas e permanências, que influenciam diretamente na identidade dos sujeitos (HOBSBAWM; RANGER, 1984).

No subcapítulo “A presença portuguesa na África”, mencionasse que foi no século XV após iniciarem a colonização dos arquipélagos da Madeira dos Açores e de Cabo Verde, os portugueses começam a ocuparem as terras continentais africanas, e com isso criam uma rede de contatos com os locais, e afirmar que o continente africano deixa de ser apenas uma rota e passa a ser explorado por si mesmo. Essa afirmação de certa forma, carrega sentido de positivo em que a África ao ser considerada por si mesma⁵ é fato a ser comemorado, o que é um equívoco uma vez que, essa mudança de status torna o continente alvo de exploração dos estrangeiros. É necessário a empatia dos autores para reconhecerem que a chegada do colonizador europeu na África não é um momento histórico de confraternização, mas de uma nova forma de sofrimento e violência para com os habitantes locais.

Para tanto, ao utilizar este livro como fonte o professor tem o compromisso de trabalhar mais a fundo essa questão e desconstruir esse pensamento positivo da chegada dos europeus na África, deve ser esclarecido que os mesmos usurparam por meio da manipulação e da força as riquezas do continente africano. Em que justificam seus atos diante dos seus por meio de suas crenças e percepções frente ao nativo/selvagem, o Outro desconhecido e com fenótipo diferente. Ou seja, criando uma rede de preconceitos baseados nos costumes brancos elitistas.

Em seguida, os autores trabalham com a afirmação das feitorias, que eram postos militares e estabelecimentos comerciais que exploravam principalmente produtos como o marfim, escravos, ouro em pó e animais como macacos e papagaios. Assegurasse “A feitoria de Arguim prosperou e o continente africano tornou-se cada vez mais atrativo para os investimentos de mercadores” (p.49).

De certa forma, novamente a afirmação exposta sem uma contextualização acaba por torna a África como um continente que ao ser invadido prosperou e seus habitantes se beneficiaram com este fato, da exploração humana e dos recursos naturais.

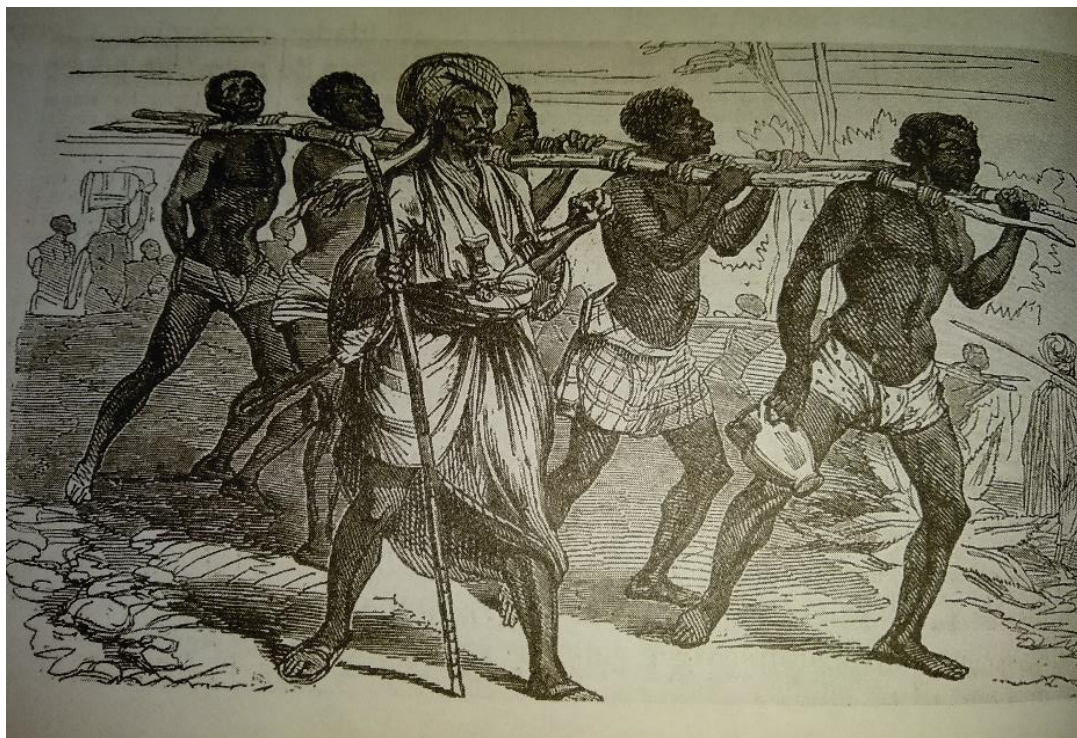
Em uma contradição dessas afirmações positivas da chegada dos invasores, os autores colocaram um pequeno texto em nota de rodapé em que é narrado a chegada dos

⁵ O mesmo até poderia ter sido um fato positivo se fosse pelo conjunto de valores culturais, étnicos e sociais existente na África, mas o que ocorreu foi uma valorização da África como fonte de recursos naturais e humanos, que passam a ser explorados pelos Outros invasores.

portugueses a Angola por um sujeito local de etnia Pende⁶, em um dos trechos “[...] os homens brancos voltaram outra vez, trouxeram-nos milho e mandioca, facas e enxadas, amendoim e tabaco. Daí em diante até os nossos dias, os brancos só nos trouxeram guerras e misérias” (p.49). Esse pequeno texto poderia ser utilizado como texto principal e não apenas como figurativo, pois é a visão de um participante da história contando a sua história, olhar do negro sobre o branco invasor.

Nesse subcapítulo ainda discorre-se sobre a prática da escravidão na África afirmando que era algo comum da sociedade antes da chegada dos portugueses, principalmente o Sudão era um dos países que mais comercializava escravos, esses poderiam ser desde homens jovens, crianças, idosos e mulheres, essas pessoas eram sequestradas ou apenas vendidas pelas famílias para suprir dívidas. Como forma de resistir a escravidão aos autores apontam apenas os quilombos ou mocambos, sendo que a historiografia já aponta a muitos anos que os mesmos empregaram muitas formas de resistências como a religião e a cultura por exemplo (SILVA, 2009). Utilizam-se de uma imagem (Figura 03) que exemplifica como era a Caravana de escravos, para a comercialização dos mesmos.

Figura 03-Caravana de negros



Fonte: Alves e Oliveira (2016)

⁶ O pende chegaram à região do Kwango, no norte de Angola, no final do século XVIII e manteve laços estreitos com a Lunda. Os trezentos mil Pende são divididos em numerosos grupos territoriais; os dois mais importantes estão em Kwilu e no Kasai.

A todo momento os autores utilizam a classificação escravos, o que acaba de certa forma tornando a palavra em algo corriqueiro, é necessário que os escravos sejam reconhecidos como sujeitos sociais, como pessoas que foram forçados a uma nova identidade, pois, senão tornam-se apenas um todo sem essência. E ao trabalhar com o sistema de escravidão existente na África precisa-se considerar o contexto histórico social e cultural dessa sociedade, apenas afirmar que existia, mas sem um aprofundamento, parece buscar diminuir a culpa dos colonizadores, uma vez que não foram eles que inventaram a “escravidão”, já que os africanos escravizavam seu próprio povo, por que eles (europeus) não poderiam fazer o mesmo e aproveitar dessa cultura de escravizar o Outro?

Com isso, os portugueses então aproveitam-se desta cultura da escravidão e a transformam em mercantil, em um produto a ser explorado, em que aos olhos dos cristãos europeus era considerado uma tarefa de honradez, já que os impuros/selvagens/infiéis eram “domesticados” por meio da mão do homem branco cristão, que carregava em si a proteção divina para tarefa tão árdua, assim, eram justificadas as violências praticadas pelos brancos. Os autores retomam novamente a ideia de uma África prospera com o estabelecimento comercial e territorial dos portugueses, em que, graças aos aliados africanos os portugueses conquistaram mais territórios e capturaram mais sujeitos para a escravidão. Ressaltam que se não fosse pela ajuda de chefes locais africanos os portugueses não teriam êxitos em suas caçadas por cativos.

Seria de grande valia que os autores diferenciarem os grupos étnicos africanos, pois, ao não mencionarem a existência da diversidade social de grupos, comunidades e tribos, que possuíam diferentes posturas e crenças culturais, e rivalidades, faz parecer que simplesmente um chefe africano capturava e comercializava um outro de seu grupo. De certa maneira transformando os nativos em vilões históricos.

E como vilões e infiéis os mesmos deviam ser purificados por meio do cristianismo, com essa missão divina os portugueses conseguiram a bula *Romanus pontifex*⁷, de 1455, calcada em preceitos bíblicos de que os povos africanos poderiam alcançar a purificação por meio da escravidão e da catequese. Então fundasse no reino do Congo algumas catedrais, padres e frades, mulheres e artífices são enviados para ensinar aos selvagens os hábitos europeus.

⁷ É um alvará passado pelo Papa ou Pontífice católico, com força de lei eclesiástica, pelo qual se concedem graças e indulgências aos que praticam algum ato meritório, emitida pelo papa Nicolau V para o rei Afonso V de Portugal, datada de 8 de janeiro de 1455. Neste documento, e na sequência da anterior bula Dum diversas de 1452, o papa reconhecia ao reino de Portugal, seu rei e sucessores, o seguinte: A propriedade exclusiva de todas as ilhas, terras, portos e mares conquistados nas regiões que se estendem "desde o cabo Bojador e cabo Não (atual cabo Chaunar), ao longo de toda a Guiné e mais além, a sul, direito de continuar as conquistas contra muçulmanos e pagãos[2] nesses territórios. O direito de comerciar com os habitantes dos territórios conquistados e por conquistar, exceto os produtos tradicionalmente proibidos aos "infiéis": ferramentas de ferro, madeira para construção, cordas, navios e armaduras.

Em relação a diáspora africana, os autores colocam que milhões de africanos de diferentes grupos étnicos foram forçados a saírem da África e que esse deslocamento não deve jamais ser considerado similar a imigração. E descrevem as condições de transporte dos cativos por meio de tumbeiros⁸ até ao Brasil no ano de 1549 até seu fortalecimento em 1576.

Distingue-se dois grupos étnicos da África os sudaneses e os bantos, justificando a ausência de mais informação sobre outros grupos devido a escravidão. Na sequência apresenta novamente números do tráfico negreiro explicando que no Brasil podem ter chegado aos portos mais quatro milhões de escravos e isso era facilitado pela facilidade marítima.

Sem aprofundamento, essa informação parece que simplifica a escravidão a um acaso, em que os ventos auxiliavam na navegação entre Brasil e África Ocidental e consequentemente se comercializou mais escravos. E também, pelo fato de muito não aguentarem os maus tratos do trabalho forçado e acabarem morrendo, fazia com que a população escrava não se desenvolvesse naturalmente, sendo então necessário capturar mais mão de obra.

A mulher negra na categoria de escrava, não é evidenciada e nem mencionada sendo que:

Quando a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos. Por isso, a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada. Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade [...]. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2019)

A autora precitada relata esse outro papel imposto pelo proprietário a mulher negra escrava, o de ser uma reprodutora, porém isso não lhe possibilitava qualquer tratamento diferente em relação aos outros sujeitos escravizados, já que a mesma também exerce o trabalho forçado no campo, na casa e ainda sofre com as violências sexuais praticada pelo

⁸ Tumbeiros eram os navios de transporte dos sujeitos sociais africanos capturados e trazidos para o Brasil, esses navios ficam conhecidos por tumbeiros (tumbas), devido ao fato desses sujeitos acabarem por falecer durante a viagem, principalmente por causas das más condições de alimentação e higiene, e da violência constante

homem branco. Tendo também seus filhos nascidos vendidos como escravos desde a tenra idade, um abuso moral e psicológico. Uma vez que, as mesmas não são percebidas na categoria mãe da mesma forma que a mulher branca, já que elas são equiparadas a animais.

Sem trabalhar com esta questão da presença da mulher negra na escravidão, o subcapítulo intitulado “O trabalho escravo no Brasil” explica a relação dos portugueses no século XVI com os escravos e a proteção aos indígenas. Principalmente ao considerarem o primeiro um produto mercantil lucrativo e o segundo como apoio contra possíveis invasores. Descrevesse os tipos de trabalhos exercidos pelos escravos e o porquê de a sociedade brasileira ser considerada escravista. Logo, “entre mulatos, brancos, negros, índios, escravos e libertos criasse uma sociedade complexa e diversificada. E que só ocorre essa diversidade cultural devido a exploração colonial portuguesa e na sua lógica articulada des expansão do comercio e da fé cristão” (p.59).

Os autores apoiam-se na colonização como principal fator para a diversidade cultural brasileira, ou seja, dessa forma, sugere-se que caso não houvesse a escravidão dos negros e dos indígenas o Brasil não possuiria essa riqueza patrimonial. Deve-se ter muita cautela ao emitir um juízo de valor tão forte quanto esse. É justificar anos de violência e de degradação humana a grupos étnicos diversos, que os afetam até os dias atuais, a uma ação de consequências positivas como a diversidade cultural.

Os autores exprimem sobre o sincretismo religioso em que sujeitos cativos buscaram em santos cristãos representação de suas entidades religiosas, como o candomblé, ou seja, como uma forma de resistência a cristianização e a visão de mundo imposta pelos europeus. Citam algumas referências culturais afro-brasileiras existentes na atualidade como a coroação dos reis do Congo, o Jongo, o Moçambique e o bumba meu boi, crioula, samba, capoeira e ladainhas. Seria de grande valia que os autores sugerissem que os alunos/professores pesquisassem sobre essas expressões culturais, principalmente de que forma elas são praticadas na atualidade e no passado, e a origem étnica das mesmas. Trabalhar a cultura material e imaterial de um povo é reconhecer a importância social desses como sujeitos ativos na sociedade, produtores de memórias e signos.

Na seção final do capítulo os autores trabalham com as memórias de sofrimento e luta, argumentando que os sujeitos que não se reconheciam como negros, na atualidade começaram a assumir a identidade negra, e que isso ocorre principalmente pelas lutas constantes do movimento negro e pela proteção e preservação do patrimônio imaterial dos grupos afro-brasileiro. Ponto que poderia ter uma exploração mais profunda devido a sua importância no contexto atual.

Como podemos perceber o livro ao debater sobre a História do afro-brasileiro e do africano permaneceu na representação destes apenas como escravos, ou seja, como

vítimas, não é trabalhado a resistência desses sujeitos frente as opressões sejam por meio da religião, da língua, dos saberes imateriais e materiais. Reconhecesse a importância da discussão da escravidão para compreender as bases preconceituosas da sociedade brasileira, porém é necessário discutir a participação efetiva dos povos de matriz afro na construção material e imaterial da sociedade que lhes foi imposta. Desde a contribuição cultural a intelectual.

Assim como é fulcral reconhecer o imaginário negativo criado pelo homem branco entorno da figura do sujeito social negro, o mesmo é visto em um caráter de inferiorização, com apetites sexuais compulsivos, selvagem, preguiçoso, infiel, pagão e perigoso. Por isso, como afirma Silva (2005) a análise das perversidades da democracia racial nos leva a reinterpretar e modificar as concepções raciais entorno da população negra, que é calcada em preconceitos que duvidam da capacidade intelectual da participação do negro na sociedade, é preciso trabalhar com fontes orais e escritas acerca da história dos negros ao longo de quinhentos anos de vivências no Brasil, as formas como esses sujeitos constroem os alicerces de suas vidas em compartilhamento com diversos grupos étnicos, para que, como reafirma a autora seja possível o respeito a diversidade étnica e cultural negra no Brasil, possibilitando que as memórias silenciadas sejam ouvidas.

Todavia, este artigo não possui como objetivo desmerecer o trabalho dos autores, é apenas uma crítica de conteúdo que apresenta pontos que podem ser abordados de outra maneira, em que o povo africano não seja apenas representado como escravo. Mas como sujeitos participantes, resistentes e com forte bagagem cultural que transformaram a sociedade brasileira. Dessarte, evitando o silenciamento de suas vozes no livro didático.

3. Considerações finais

O jovem estudante na escola tem o direito de compartilhar os saberes, o reconhecimento do Outro e da pluralidade cultural. Assume-se que é impossível abarcar todos os saberes de uma comunidade étnica, porém, que seja ao menos trabalhado em sala de aula os marcos históricos da cultura afro-brasileira e africana, a construção cultural, social e de resistência desses grupos e por conseguinte a participação desses como sujeitos ativos e não apenas como vítimas, arcabouço crucial para a construção da visão crítica da sociedade.

O livro analisado apresentou duas perspectiva de representação do sujeito negro de origem africana, a primeira é a do cativo, que era escravizado pelo seu próprio povo e conseqüentemente acabou sendo forçado a deixar suas origens com a chegada dos

portugueses e na transformação da escravidão em um comércio lucrativo, em que o tráfico humano é considerado apenas comercialização de produtos, igualando o negro a animais ou a objetos. Em uma outra representação temos o sujeito negro como ativo na transformação e formação da cultura brasileira, com grande bagagem cultural que modifica o espaço social, o patrimônio material e imaterial, porém essa representação é apenas trabalhada superficialmente sem a devida análise crítica e contextualização espacial e temporal.

Pensando no campo da História, segundo Caimi (2016) devemos considerar que:

A História é um campo privilegiado em que as discussões curriculares incidem fortemente sobre as demandas sociais, uma vez que se trata de disputas pela memória coletiva, de operações históricas que dão visibilidade a diferentes posições enunciativas e pontos de vista sobre o passado e, consequentemente, sobre o tempo presente (p.87).

Um ponto a ser discutido, quando se trabalha com uma disciplina específica, ou ainda com um tema central, como no caso História e cultura afro-brasileira e africana, é as dificuldades que os educadores precisam ultrapassar com as mudanças constantes no ensino. O que exige uma qualificação contínua desses profissionais em meio a inserção de novas fontes e diretrizes.

Uma vez, que sempre é necessário considerar o contexto social do educador e seus problemas de cotidiano (financeiros, familiares, médicos e outros), afinal o professor, também é um sujeito sociocultural. Porém, a sociedade atual de certa maneira exige um profissional que se adapte e se qualifique a cada demanda da renovação das informações e tecnologias. Mas, nesse caso é necessário também, que a escola se adapte, que modifique suas estruturas na procura por uma harmonia equilibrada entre seus componentes (professor, diretores, funcionários, alunos e comunidade); para que seja possível um planejamento eficiente.

Por fim, a valorização da diversidade étnica em uma sociedade é fator primordial para desestruturar as bases do preconceito, ao considerar as diferenças como um mecanismo positivo e a escola tem um papel importante nessa transformação social, e por isso deve utilizar o livro didático sempre como um mecanismo de apoio passível de crítica.

Progredindo assim, para discussões concretas sobre a discriminação e diferenças raciais, de gênero e sexualidade com os atores sociais que vivem essas ações em seus contextos. O racismo não terminará por si só, por isso deve ser discutido e analisado, para se criar estratégias de combate ao mesmo, e uma dessas estratégias deve ser pautada pela busca de conhecer as obras de atores negros e trazê-las para o espaço da aula (SILVA, 2005). Conhecer as africanidades brasileiras é primordial na formação dos sujeitos em sua fase de aprendizagem, para que assim eliminar a discriminação social

Referências bibliográficas

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro. (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.
- CAIMI, Flávia Eloísa. A História na Base Nacional Comum Curricular pluralismo de ideias ou guerra de narrativas? **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, num.4, vol.3, jan/jun. 2016.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GONÇALVES, Ana Teresa Marques; SILVA, Gilvan Ventura. O Ensino de História Antiga nos Livros Didáticos Brasileiros: balanço e perspectivas. In: CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. **A Tradição Clássica e o Brasil**. Brasília: Fortium, 2008.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2001.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento; justificando, 2017.
- SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 2ª Salvador: EDUFBA, 2004.
- SILVA, Eduardo; REIS, João J. **Negociação e Conflito: a Resistência Negra no Brasil Escravista**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SILVA, Martiniano J. 1936 - **Racismo à Brasileira: raízes históricas: um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil** / Martiniano J. Silva; [prefácio de Alex Ratts]. 4. ed. rev., ampl. e atualizada, - São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o Racismo na Escola**. 2 ed. Revisada, Brasília – DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.155-172.
- WEISS, Jussemar; DA SILVA, Lisiana. "O ensino de História Antiga: algumas reflexões". Anais do XVIII simpósio nacional de História -ANPUH, 2015. 15p